



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada dos auditores independentes sobre as alocações de recursos e os indicadores de impacto apresentados no Relatório de Alocação e Impacto das Captações ASG no mercado internacional do Banco do Brasil S.A.

Aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco”) para a elaboração de um relatório sobre as alocações de recursos e os indicadores de impacto apresentados no Relatório de Alocação e Impacto das Captações ASG no mercado internacional do Banco do Brasil S.A. – (Anexo I) (“Relatório”), na forma de uma conclusão de asseguração limitada independente que, com base no trabalho realizado e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar de que as alocações de recursos e os indicadores de impacto apresentados no Relatório não estejam adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios descritos nos documentos: Banco do Brasil – *Sustainable Finance Framework* – (II) e Relatório de Alocação e Impacto das Captações ASG no mercado internacional do Banco do Brasil S.A. – (Anexo I), doravante denominados “*Critérios*”.

Responsabilidades da Administração do Banco

A Administração do Banco é responsável pela elaboração adequada do Relatório, necessária para permitir que ele esteja isento de distorção relevante de acordo com os critérios descritos no documento Banco do Brasil – *Sustainable Finance Framework* – (Anexo II).

Essa responsabilidade inclui: o desenho, a implementação e manutenção dos controles internos relevantes à apresentação do Relatório, necessários para permitir que ele esteja livre de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Também inclui a seleção dos critérios definidos no documento Banco do Brasil – *Sustainable Finance Framework*.

A Administração do Banco é também responsável pela prevenção e detecção de fraudes e pela identificação e garantia de que o Banco cumpre com as leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades, por garantir que os funcionários envolvidos na apresentação adequada do Relatório, estão devidamente treinados, os sistemas estão devidamente atualizados e que quaisquer alterações na elaboração e divulgação de informações englobam todas as unidades de negócio significativas.



Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar as informações utilizadas pelo Banco para a elaboração do Relatório, e elaborar um relatório sobre elas na forma de uma conclusão de asseguarção limitada independente com base nas evidências obtidas. Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 (revisada) - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 (revised), *Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information* emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e *International Auditing and Assurance Standards Board*, respectivamente. Essas normas requerem o planejamento dos trabalhos e a execução dos procedimentos de forma a obter um nível significativo de segurança sobre se as informações apresentadas no Relatório estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes com base nos critérios descritos no documento Banco do Brasil – *Sustainable Finance Framework* – (Anexo II), como base para a nossa conclusão de asseguarção limitada.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) aplica a Norma Brasileira de Gestão de Qualidade (NBC PA 01), que requer que a firma planeje, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relacionados com o cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e exigências legais e regulatórias aplicáveis. Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de Ética Profissional do Contador e das Normas Profissionais (incluindo as Normas de Independência) baseados nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso entendimento do Relatório e de outras circunstâncias do trabalho e de nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes são suscetíveis de surgir.

Os procedimentos realizados em um trabalho de asseguarção limitada variam em termos da natureza e época, e sua extensão é menor do que um trabalho de asseguarção razoável. Assim, o nível de segurança obtida em um trabalho de asseguarção limitada é significativamente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguarção razoável tivesse sido realizado.

Como parte deste trabalho, não realizamos nenhum procedimento de auditoria ou revisão ou verificação do Relatório ou dos registros subjacentes ou outras fontes das quais o Relatório foi extraído.

Nosso escopo alcança as informações de alocações de recursos divulgadas, se limitando a valores alcançados ao final do exercício de 2024. Adicionalmente, os indicadores de impacto observados e assegurados se limitam aos impactos previstos nos Critérios definidos em *framework*.



Critérios

Para fins desse relatório de asseguarção limitada são delimitados como critérios as regras definidas no documento Banco do Brasil – *Sustainable Finance Framework* – (Anexo II) e nas definições de conceitos que o Banco apresenta no Relatório de Alocação e Impacto das Captações ASG no mercado internacional do Banco do Brasil S.A. – (Anexo I), onde ficam definidas as regras para alocação de recursos, conforme descrito abaixo:

“*Sustainability Bond* de US\$ 750 milhões no mercado internacional de dívida”: a captação visa o fomento de projetos sociais e verdes com impacto positivo.

- (i) Empréstimos Verdes: o Banco direcionará recursos para fomentar o uso de energia renovável, em especial projetos de energia solar para o público varejo, através de programas de crédito como BB Agro-energia, que compreende linhas de crédito como “Pronaf Eco”, “Pronaf Agroindústria”, “Prodecoop”, “Inovagro”, “Investe Agro”, “Pronamp Investimento” e “FCO Rural Investimento”. O impacto esperado pela alocação desses recursos é mensurado através da divulgação dos gases de efeito estufa evitados (mensurados em tCO2 eq.);
- (ii) Empréstimos Sociais: o objetivo é gerar crédito para micro e pequenas empresas cujo o faturamento anual não ultrapasse US\$ 3 milhões. O impacto esperado pela alocação desses recursos é mensurado através da divulgação do número estimado de empregos apoiados e pelo número de empresas com lideranças femininas financiadas.;

“Captação de US\$ 100 milhões com o Banco Natixis Corporate & Investment Banking”: a captação visa a destinação dos recursos ao refinanciamento da carteira de crédito sustentável do Banco do Brasil, com foco em projetos de moradia social, através de linhas de crédito de financiamento imobiliário aos clientes com renda familiar mensal de até R\$ 7 mil reais. O impacto esperado pela alocação desses recursos é mensurado através da divulgação do número de beneficiados;

“Captação de US\$ 100 milhões com o Banco Barclays”: o objetivo é gerar crédito para micro e pequenas empresas cujo o faturamento anual não ultrapasse US\$ 3 milhões. O impacto esperado pela alocação desses recursos é mensurado através da divulgação do número estimado de empregos apoiados e pelo número de empresas com lideranças femininas financiadas.

Conclusão

Nossa conclusão foi formada com base nos, e está sujeita aos, assuntos descritos neste relatório.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa conclusão.



Com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações de alocação de recursos e indicadores de impacto apresentadas no Relatório de Alocação e Impacto das Captações ASG no mercado internacional do Banco do Brasil S.A.. – (Anexo I) não foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios definidos no documento Banco do Brasil – *Sustainable Finance Framework* – (Anexo II).

Brasília, 28 de outubro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP – 014428/F-0


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Relatório de Alocação e Impacto das Captações ASG no mercado internacional do **Banco do Brasil S.A.**

1

Emissão de US\$ 750 milhões mercado internacional de dívida

Este reporte refere-se à emissão do segundo **Sustainability Bond** emitido pelo Banco do Brasil no mercado internacional de dívida e o segundo título no escopo do Framework de Finanças Sustentáveis.

O **Sustainability Bond** é um instrumento financeiro que fomenta atividades econômicas sustentáveis, de escopo amplo, por combinar os ângulos social e ambiental. O *Sustainability Bond* foi emitido de acordo com o *Framework* de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil, que passou por um processo de validação externa pela *Morningstar Sustainalytics*, uma das líderes globais em pesquisa e dados ASG. Essa opinião de segunda parte atesta a aderência do *framework* a padrões relevantes de mercado.

Com valor de US\$ 750 milhões, a captação visa o fomento de projetos sociais e verdes com impacto positivo: o BB direcionou para fomentar o uso de energia renovável, em especial projetos de energia solar para o público varejo. O objetivo também foi gerar crédito para micro e pequenas empresas e, neste caso, 100% delas foram dirigidas por mulheres. O papel tem vencimento em sete anos, com cupom de 6,00% ao ano e um retorno ao investidor de 6,30% ao ano.

Os recursos viabilizados pelo *Sustainability Bond* do BB, emitido em 18/03/2024, contribuirão para expandir nossa carteira de empréstimos e financiamentos sustentáveis, em especial os projetos de impacto social, inserindo a sustentabilidade nas estratégias de gestão de ativos e passivos do conglomerado BB.



A totalidade dos recursos captados foi alocada em novas operações originadas, entre março e dezembro de 2024, na proporção abaixo:

	Desembolso	%
Energia Renovável	R\$ 338.159.541,74	8,2
MPE	R\$ 3.772.445.740,56	91,8
Total Marcação Lastro	R\$ 4.110.605.282,30*	100,0

* Cotação Ptax média do dólar (USD) – do período de março a dezembro de 2024 – de R\$ 5,4808

Empréstimos verdes

Categoria	Categoria de Projetos Elegíveis (a)	Nº de Beneficiários	Desembolso (R\$)	Nº de Empregos Apoiados (c)	Elegibilidad e para Empréstimo Sustentável (d)
Verdes	Uso de energia renovável, em especial projetos de energia solar para o público varejo.	8.956	338.159.541,74	44.780	100%

O **valor médio** dos empréstimos foi de **R\$ 37.757,88** e **100% do montante** de recursos foi alocado em **novas operações**.



Capacidade Instalada e Gases Efeito Estufa

MWp ^{1,4}	68,55
GHG Evitado/ano (tCO ₂ eq) ²	18.838,74
Estimativa de GHG evitados durante a vida útil dos ativos (tCO ₂ eq) ³	376.774,85

1 – Foi considerado um custo médio de R\$ 4,93 milhões/MWp

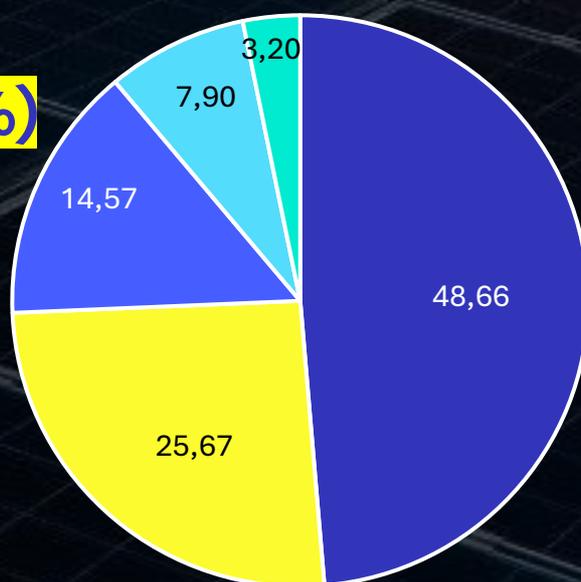
2 – Fatores de emissão do sistema: 0,671

3 – Foi considerada, para placas solares, uma vida útil de 20 anos

4 – Foi considerada a geração de 1,2 GWh/1MWp

Região	Operações Lastro Desembolso	%	Número de Empregos
Centro-Oeste	164.544.421,20	48,66	11.075
Nordeste	86.806.173,50	25,67	14.240
Norte	49.267.487,47	14,57	6.310
Sudeste	26.713.430,57	7,90	10.075
Sul	10.828.029,00	3,20	3.080
TOTAL	338.159.541,74	100,00	44.780

Desembolso por Região (%)



■ Centro-Oeste ■ Nordeste ■ Norte ■ Sudeste ■ Sul



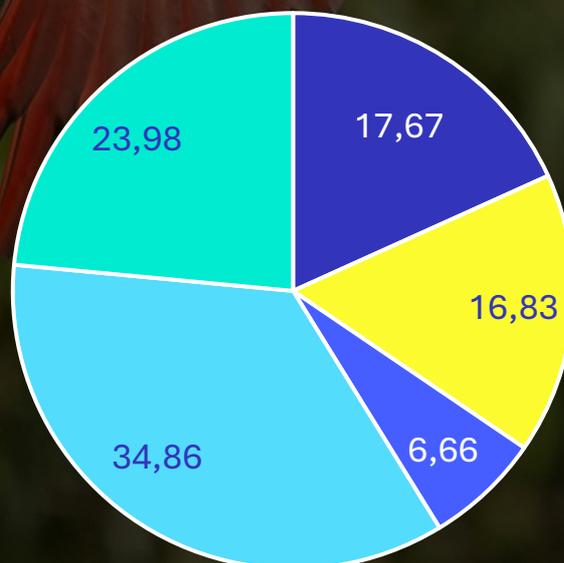
Empréstimos sociais

Categoria	Categoria de Projetos Elegíveis (a)	Nº de Beneficiários	Desembolso (R\$)	Nº de Empregos Apoiados (c)	Elegibilidade para Empréstimo Sustentável (d)
Sociais	Gerar crédito para pequenas e médias empresas dirigidas por mulheres	10.021	3.772.445.740,56	203.506	100%

O **valor médio** dos empréstimos foi de **R\$ 376.454,02** e **100% do montante** de recursos foi alocado em **novas operações**.

Região	Desembolso	Qtd opr.
Centro-Oeste	666.478.603,94	1.757
Nordeste	634.950.795,62	1.767
Norte	251.163.237,81	589
Sudeste	1.315.232.102,28	3.275
Sul	904.621.000,91	2.633
TOTAL	3.772.445.740,56	10.021

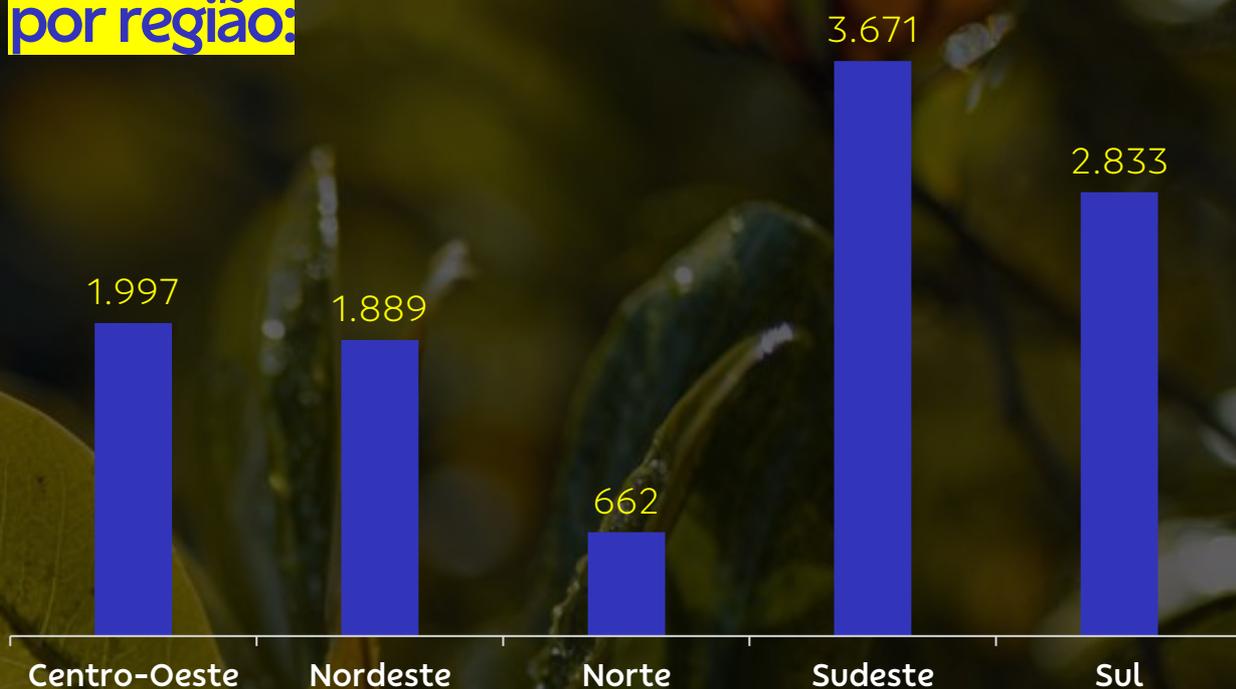
Desembolso por Região (%)



■ Centro-Oeste ■ Nordeste ■ Norte ■ Sudeste ■ Sul



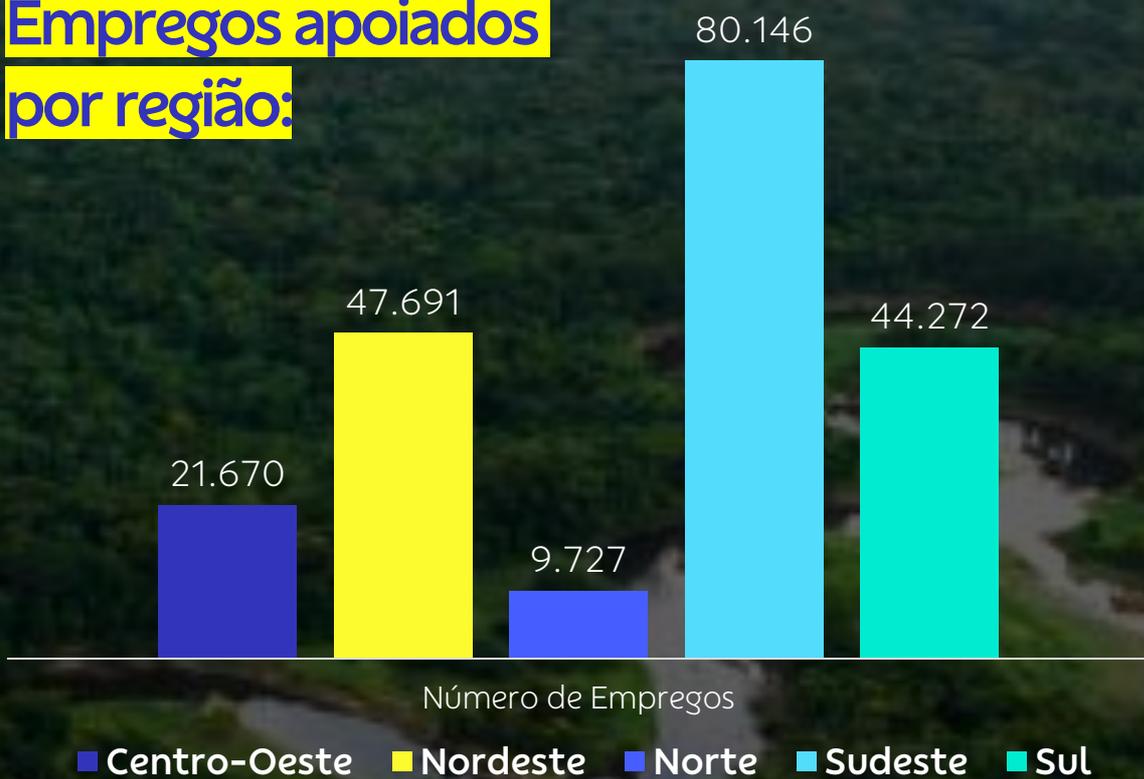
Liderança feminina por região:



Região	Desembolso	Número de Empregos
Centro-Oeste	666.478.603,94	21.670
Nordeste	634.950.795,62	47.691
Norte	251.163.237,81	9.727
Sudeste	1.315.232.102,28	80.146
Sul	904.621.000,91	44.272
TOTAL	3.772.445.740,56	203.506



Empregos apoiados por região:



Desembolso X Quantidade de operações





2

Captação de US\$100 milhões Banco Natixis CIB

Introdução

A operação denominada "*Triple Sustainable Repo*", uma iniciativa inovadora realizada pelo Banco do Brasil em parceria com o banco francês Natixis Corporate & Investment Banking (Natixis CIB) fez-se um marco no mercado financeiro global por ser a primeira do tipo no mundo quando da sua originação.



A operação envolveu três elementos sustentáveis principais:

- Destino dos Recursos:** Os fundos captados, no valor de US\$ 100 milhões, foram destinados ao refinanciamento da carteira de crédito sustentável do Banco do Brasil, com foco em projetos de moradia social.
- Compromisso com Meta ESG (ASG):** O Banco do Brasil se comprometeu publicamente com metas concretas relacionadas a práticas ambientais, sociais e de governança, alinhadas ao seu Framework de Dívidas Vinculadas à Sustentabilidade. Para essa operação, vinculou-se o KPI 1 – compromisso de aumento do saldo em negócios sustentáveis.
- Garantias Sustentáveis:** A operação utilizou títulos verdes emitidos pelo Tesouro Nacional como garantia, reforçando a segurança para os investidores e destacando o compromisso com práticas sustentáveis.



Contexto da Operação

- **Objetivo da Captação:** impulsionar a concessão de créditos sustentáveis que fomentem a moradia social de maneira a garantir mais bem-estar e dignidade à sociedade.
- A **moradia social** refere-se a habitações que são desenvolvidas com o objetivo de fornecer residências acessíveis a populações de baixa renda ou vulneráveis, promovendo inclusão social e dignidade. Essa ação se faz alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, estando diretamente relacionada aos ODS 1, 3, 10 e 11.
- **Referencial Utilizado:** Framework de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil, que estabelece diretrizes para elegibilidade e alocação de recursos sustentáveis.

Descrição da Alocação de Recursos

Montante captado:

USD 100,000,000.00 – R\$ 526,000,000.00⁴

(em 17/05/2024)

4 - Ptax média dos 30 dias subsequentes ao dia de efetivação da operação



Impactos Socioeconômicos e Ambientais

Redução das Desigualdades

a moradia social oferece habitações acessíveis para populações de baixa renda, combatendo desigualdades e promovendo inclusão social.

Melhoria da Qualidade de Vida

ter acesso a uma moradia digna influencia diretamente a saúde, a educação e a segurança das famílias.

Fortalecimento da Comunidade

projetos habitacionais podem criar redes comunitárias mais fortes, promovendo integração e suporte mútuo entre moradores.

Planejamento Urbano Sustentável

a implementação de habitações em áreas bem planejadas minimiza a expansão desordenada das cidades e a degradação ambiental.

Reutilização de Espaços

muitas iniciativas aproveitam terrenos subutilizados para construir moradias sociais, otimizando o uso do solo.

Eficiência Energética

moradias sociais modernas podem incorporar tecnologias sustentáveis, como energia solar e materiais ecológicos, reduzindo o impacto ambiental.

Resultados

Valor Desembolsado Total



R\$ 526.001.286,41

Distribuição Regional:



Total: **3.337** sendo



Mulheres:
1.584 (47,47%)



Homens:
1.753 (52,53%)

Client Location	Homens	Mulheres
Região Norte	85	64
Região Nordeste	392	390
Região Centro-Oeste	230	207
Região Sudeste	613	576
Região Sul	433	347



E...

Até 1 salário mínimo:

 **2** clientes 0,06%

- Região Sudeste: **2**

Até 2 salários mínimos:

 **53** clientes 1,59%

- Região Nordeste: **27**
- Região Centro-Oeste: **4**
- Região Sudeste: **9**
- Região Sul: **13**

Até 3 salários mínimos:

 **349** clientes 11,81%

- Região Norte: **21**
- Região Nordeste: **115**
- Região Centro-Oeste: **55**
- Região Sudeste: **119**
- Região Sul: **84**

Até 4 salários mínimos:

 **750** clientes 22,47%

- Região Norte: **27**
- Região Nordeste: **197**
- Região Centro-Oeste: **97**
- Região Sudeste: **268**
- Região Sul: **161**

Até 5 salários mínimos:

 **1.053** clientes 31,55%

- Região Norte: **53**
- Região Nordeste: **214**
- Região Centro-Oeste: **149**
- Região Sudeste: **390**
- Região Sul: **247**

Até 6 salários mínimos:

 **1.085** clientes 32,52%

- Região Norte: **48**
- Região Nordeste: **229**
- Região Centro-Oeste: **132**
- Região Sudeste: **401**
- Região Sul: **275**



3

Captação de US\$ 100 milhões Banco Barclays PLC

Introdução

Este documento apresenta os impactos alcançados em 2024 por meio da operação de captação sustentável realizada com o banco Barclays, em conformidade com o Marco de Finanças Sustentáveis (SFF) do Banco do Brasil, com foco no financiamento de iniciativas de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

A operação reflete o compromisso do Banco com o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da economia local.



Contexto da operação

Apoiar as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) com faturamento de até US\$ 3 milhões é fundamental para gerar impacto social e econômico no Brasil. Essas empresas representam 99% dos negócios no país e são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais.

Objetivo da Captação: Alocar recursos em projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, diretamente relacionados aos ODS 5, 8, 10 e 11, com foco no apoio financeiro e operacional às MPEs.

Referência Utilizada: Marco de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil, que estabelece diretrizes para a elegibilidade e alocação de recursos sustentáveis.



Descrição da alocação de recursos

Montante captado:

US\$ 100.000.000,00 – R\$ 532.000.000,000⁵

(em 06/06/2024)

5 - Ptax média dos dias 07/06/2024 e 10/06/2024

Impactos socioeconômicos e ambientais

- Aumentar e manter a empregabilidade
- Reforço da competitividade das MPE no mercado nacional
- Incentivo a uma maior representatividade de pessoas negras nas empresas (equidade racial)
- Promoção da Liderança Feminina e do Empreendedorismo
- Estimular o comércio na Amazônia Legal, apoiar o desenvolvimento comercial e as comunidades locais envolvidas, inclusive com intencionalidade de raça e gênero



Resultados

Valor total desembolsado:

R\$ 532.095.441,38

Distribuição regional:

Região Norte:
R\$ 22.114.751,58

Região Nordeste:
R\$ 109.079.760,35

Região Centro-Oeste:
R\$ 74.649.855,60

Região Sudeste:
R\$ 212.522.662,64

Região Sul:
R\$ 113.728.411,21

Número de operações no Brasil:

Total: 1.067

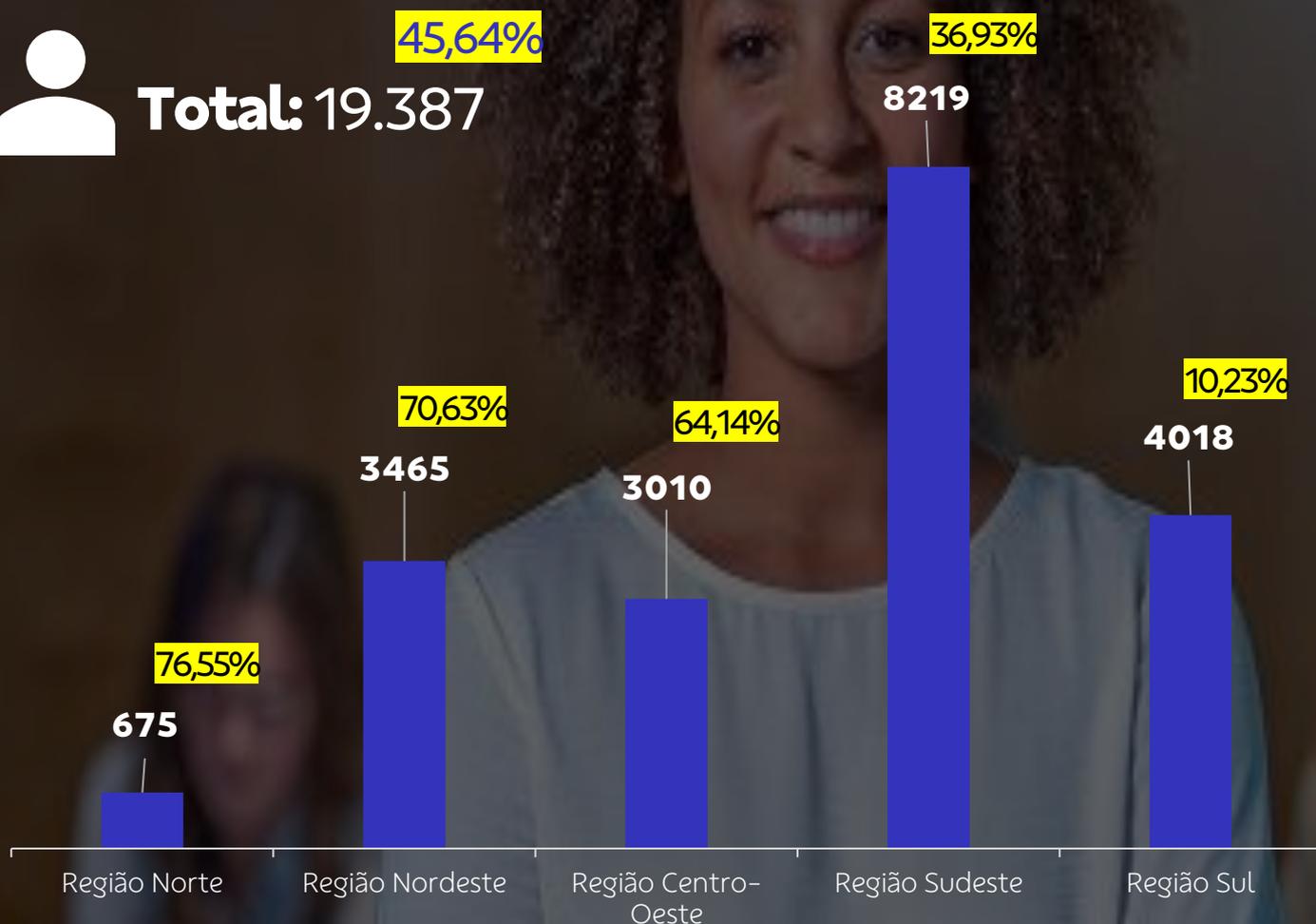


Quantidade de Empregos Impactados:

 Média de empregabilidade a pessoas pretas



Total: 19.387



Quantidade de PMEs Impactadas:

Total: **935**

Quantidade de PMEs Lideradas por Mulheres:



Total de

343

(representando 36,68% de dirigentes mulheres no total de empresas com crédito concedido)



Framework de Finanças Sustentáveis



Banco do Brasil

Visão Geral

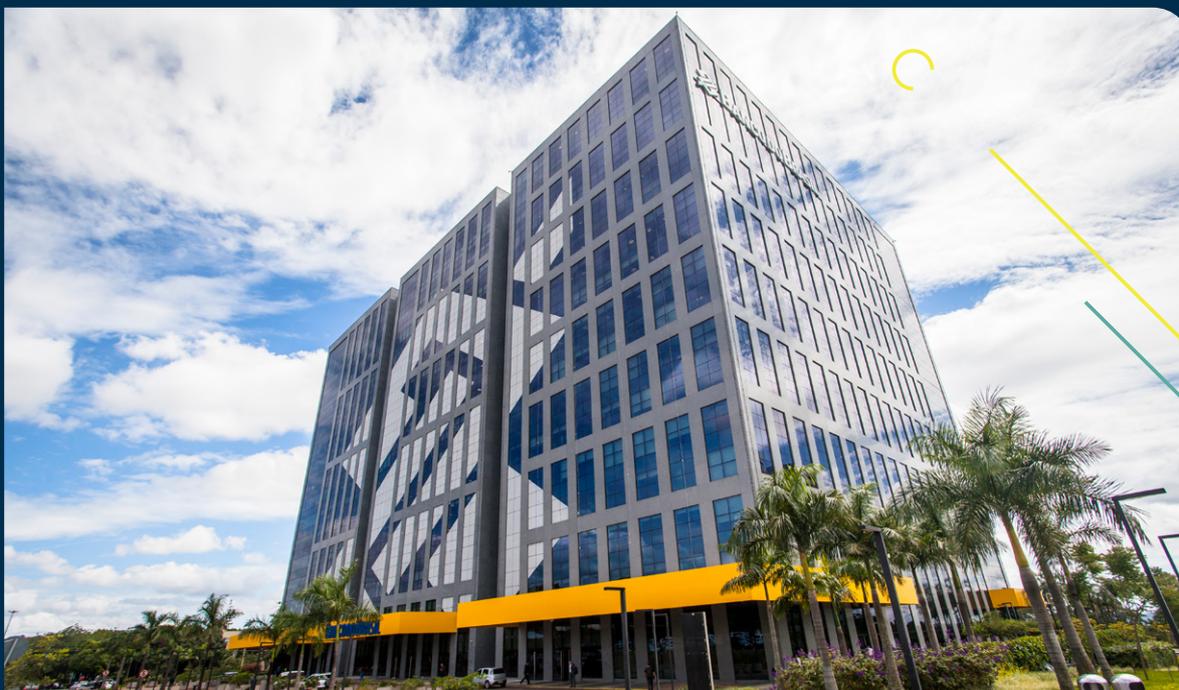
O Banco do Brasil (BB) foi o primeiro banco fundado no Brasil em 1808 e, desde então, tem contribuído ativamente para o desenvolvimento do Brasil.

Ao final de 2020, o BB esteve presente em 94,8% dos municípios brasileiros, mantendo mais de 66 milhões de clientes e 62 mil operações de empréstimo contratadas em 4.368 agências¹.

O BB é uma empresa de capital aberto controlada pelo Governo Federal brasileiro, que detém 50% das ações em 16/08/2021². As demais ações estão

detidas por investidores nacionais (27,3%) e estrangeiros (22,3%), bem como em tesouraria (0,4%)³. O banco mantém altos padrões de governança corporativa, pois faz parte do Novo Mercado da Bolsa de Valores Brasileira B3. Também está incluído no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE), na Série FTSE4 Good Index da Bolsa de Londres e no Índice Dow Jones de

Sustentabilidade (DJSI), integrado no portfólio "World" do DJSI, alcançando o segundo lugar no setor "Bancos". O banco também possui um selo de nível 1, com pontuação máxima, no Indicador de Governança de Empresas Estatais (IG-SEST). O banco também foi considerado o banco mais sustentável no ranking global 100 da Corporate Knights em 2021.



¹ Relatório anual do BB (2020).

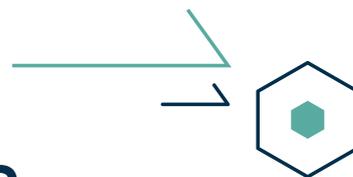
² Não considera ações em tesouraria.

³ Composição Acionária - Banco do Brasil RI (bb.com.br)



Banco do Brasil

Estratégia e Governança de Sustentabilidade



A visão do Banco do Brasil é “ser a empresa que oferece a melhor experiência para as pessoas e que promove o desenvolvimento da sociedade de forma inovadora, eficiente e sustentável”.

A estratégia de sustentabilidade do banco está focada em melhorar o desempenho em suas dimensões econômica, social e ambiental, uma vez que a geração de retornos sustentáveis a longo prazo vai além de questões financeiras de curto prazo e riscos tradicionais.

Alinhado à agenda global de desenvolvimento sustentável, o Banco do Brasil promulgou um plano de ação em 2005 promovendo a responsabilidade social e ambiental. Até 2016, esse plano foi intitulado Agenda 21 BB em alinhamento

com a Agenda 21 Global, compromisso para este século que buscava promover ações que integrassem crescimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente.

Em 2019, o Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil – Agenda 30 BB foi atualizado pela sétima vez, conforme apresentado no Anexo 1. Esse plano foi inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU), lançados em 2015, fornecendo uma agenda global para as metas de desenvolvimento sustentável para 2030.



No segundo semestre de 2020, o Banco do Brasil revisou e aprovou seu novo Plano de Sustentabilidade Agenda 30 BB para o período de três anos de 2021 a 2023.

No segundo semestre de 2020, o Banco do Brasil revisou e aprovou seu novo Plano de Sustentabilidade Agenda 30 BB para o período de três anos de 2021 a 2023. O Plano foi atualizado com base na análise de boas práticas e tendências em sustentabilidade, padrões internacionais, direcionadores estratégicos e demandas das partes interessadas. O Plano de Sustentabilidade Agenda 30 BB 2021-2023 inclui 40 ações e 110 indicadores ligados ao atendimento de 25 desafios voltados à sustentabilidade identificados pela organização e priorizados pelas partes interessadas do banco. Essas ações e indicadores impactam positivamente na geração de negócios sustentáveis no BB e na agenda global de sustentabilidade.

Praticamente todas as unidades estratégicas do Banco estão envolvidas na execução das ações incluídas no Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB. Desde 2008, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva monitoram a implementação das ações por meio de reuniões anuais e semestrais, respectivamente.

O BB possui um Comitê de Riscos e de Capital aprovado pelo Conselho de Administração em 2017 para assessorá-lo no gerenciamento de riscos, incluindo riscos ambientais e sociais. Em 2021, o Banco do Brasil instituiu o Comitê

Executivo de Sustentabilidade (Cesus), subordinado ao Conselho Diretor (CD) e composto pelos Vice-presidentes e diretores. Entre outros objetivos, o Cesus foi criado para orientar a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios, para deliberar sobre o Plano de Sustentabilidade - Agenda 2030, bem como para dar uma visão multidisciplinar à tomada de decisão.

Além disso, criou um Fórum de Sustentabilidade, que reúne executivos do BB e sua fundação corporativa - Fundação Banco do Brasil - com o objetivo de apoiar o processo de incorporação, alinhamento e disseminação dos princípios e práticas de sustentabilidade do BB; e acompanhar as iniciativas socioambientais e a implementação das ações previstas na Agenda 30 BB. O Fórum de Sustentabilidade realiza reuniões trimestrais e é subordinado ao Comitê Executivo de Sustentabilidade.

Indicadores que variam do nível estratégico ao nível operacional avaliam o desempenho da sustentabilidade. A instituição demonstra seu compromisso com a sustentabilidade, por exemplo, vinculando a remuneração variável da administração e dos funcionários aos indicadores de desempenho de uso eficiente de recursos (água, energia, papel) e produtos e serviços com foco social (negócios sociais).





Os 10 compromissos do BB para um mundo mais sustentável

Como banco estatal, o Banco do Brasil desempenha um papel importante na promoção da sustentabilidade do mercado financeiro brasileiro. Para isso, o banco estabeleceu 10 compromissos de sustentabilidade – junto ao seu Plano de Sustentabilidade Agenda

30 BB – em alinhamento com objetivos globais (Acordo de Paris e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS). Os três pilares que sustentam esses compromissos são: Negócios Sustentáveis (ajudar os clientes do BB na transição para uma carteira mais sustentável), Investimento

responsável (contribuir para que os investidores do BB direcionem recursos para empresas que entregam externalidades socioambientais positivas) e Gestão ESG (aumentar as práticas ESG dentro do atividades internas do banco).

Os 10 compromissos

Negócios sustentáveis	Investimento responsável	Gestão ASG
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fomento à Energia Renovável: atingir saldo de BRL 15 bilhões até 2025. 2. Agricultura Sustentável: atingir saldo de BRL 125 bilhões até 2025. 3. Fomento ao Empreendedorismo: 1 milhão de Empreendedores até 2025. 4. Eficiência Estadual e Municipal⁽¹⁾: desembolsar BRL 20 bilhões em operações de crédito até 2025. 	<ol style="list-style-type: none"> 5. Attingir saldo de BRL 20 bilhões em Fundos ASG até 2025 e realizar avaliação ASG em 100% de ativos aplicáveis sob gestão por meio da BBTVM até 2022. 6. Originar BRL 30 bilhões em recursos sustentáveis para o BB e para os clientes do Banco até 2030. 	<ol style="list-style-type: none"> 7. Compensar 100% das emissões diretas de GEE do BB a partir de 2021; Adquirir 90% de energia renovável até 2024; Reduzir as emissões diretas de GEE em 30% até 2030. 8. Alcançar um índice de 30% de mulheres e 23% de funcionários pretos e pardos em cargos de liderança até 2025. 9. Alcançar 17 milhões de clientes com alta maturidade digital até 2025. 10. Investir BRL 1 bilhão por meio da Fundação Banco do Brasil até 2030⁽²⁾.
<p>⁽¹⁾ Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária</p> <p>⁽²⁾ Educação, meio ambiente, inclusão socioprodutiva, voluntariado e tecnologias sociais</p>		



Compromissos do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas

Enfrentar as mudanças climáticas requer uma mobilização significativa de governos, setor privado e sociedade. O Banco do Brasil está ciente não só da relevância e urgência desse tema, mas também do papel fundamental que o banco desempenha no engajamento dessas entidades. Por isso, o BB está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono e, para isso, se baseia em benchmarks bem conhecidos, como a *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD).

[O Compromisso do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas](#) inclui oportunidades de

negócios e ações internas – como o estabelecimento de uma governança de Responsabilidade Socioambiental Empresarial, um Sistema de Gestão Ambiental e o consumo de energia de fontes renováveis, entre outras ações. Por exemplo, a parceria do BB com a EDP irá fornecer cerca de 400 GWh a 24 agências BB localizadas em 14 estados, em contrato de cinco anos. Para se ter uma ideia do volume contratado, a energia comprada equivale ao consumo anual de uma cidade com 130 mil habitantes.





Engajamento do Banco do Brasil na Agricultura de Baixo Carbono e Floresta

O Banco do Brasil é reconhecido como um dos principais agentes que impulsionam o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, apoiando o setor em todas as etapas de sua cadeia produtiva e promovendo a sustentabilidade.

O Banco do Brasil é o principal banco brasileiro de financiamento ao agronegócio, com participação de mercado de 54,1% em dezembro de 2020 e o principal financiador do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC)⁴, com participação de mercado de 70,3% e o único a utilizar capital próprio para financiar o Plano ABC⁵. O Plano ABC é

uma das estratégias nas quais o governo brasileiro confia para alcançar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) do país⁶. O Banco do Brasil desempenhou um papel importante no lançamento do programa, divulgando-o através de reuniões, discursos e materiais de comunicação.

O BB possui diretrizes de sustentabilidade para

operações de crédito que incluem ações específicas para os setores agropecuário e florestal, tais como exigir comprovações da origem legal e sustentável de produtos florestais por meio de evidências de licenciamento ambiental adequado e promover as melhores práticas exigidas pelas certificações em agricultura e silvicultura.

⁴ O Plano ABC é um dos planos setoriais elaborados em conformidade com o artigo 3º do Decreto nº 7.390 / 2010 e tem como objetivo organizar e planejar as ações a serem adotadas para a adoção de tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de emissão de GEE compromissos de redução no setor agrícola assumidos pelo país. O plano setorial está disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/download.pdf>

⁵ Fonte: Relatório Anual de Sustentabilidade 2020.

⁶ A NDC do Brasil compreende o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 em 2025 e 43% abaixo dos níveis de 2005 em 2030. No setor agrícola, o país pretende fortalecer o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável da agricultura, incluindo a restauração de 15 milhões de hectares adicionais de pastagens degradadas até 2030 e o aprimoramento de 5 milhões de hectares de sistemas integração-lavoura-pecuária-floresta (ILPF) até 2030.





Engajamento do Banco do Brasil na Promoção de Energias Renováveis no país

Como um dos principais financiadores do setor de agronegócio no Brasil, o Banco do Brasil entende a necessidade das diferentes cadeias produtivas de energia acessível e limpa.



O Programa Agro Energia do BB se concentra na redução de custos de produção, permitindo a autossuficiência na geração de energia em áreas rurais, transferência de tecnologia para o campo, estabilidade de renda para produtores rurais e expansão de negócios através da implementação de micro ou mini usinas solares, de biomassa e eólica. As ações do Banco do Brasil para fomentar energia renovável no país vão além do setor primário. Em maio de 2019, o pipeline do projeto de energia renovável do banco era de BRL 6,3 bilhões em 1 pequena central hidrelétrica, 4 solares e 8 eólicas em todo o país, com uma capacidade instalada potencial de 1,7 GW.

Além disso, o BB concede crédito para a produção de biocombustíveis, especialmente etanol,

estimulando as melhores práticas e certificações de cultivos, além de excluir novas áreas de cana nos biomas das bacias hidrográficas dos rios Amazonas, Pantanal e Alto Paraguai.

O ano de 2018 marcou a entrada do BB no Ambiente de Contratação de Energia Livre (ACL), também conhecido como Mercado Livre, que estimula a expansão da geração de energia renovável, como pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, eólica e solar. A contratação do fornecimento de energia pelo BB envolveu as três torres dos edifícios da sede do banco, em Brasília - Distrito Federal. Em 2020, o BB totalizou a migração para o Mercado Livre de 24 prédios.





Engajamento do Banco do Brasil em Projetos Sociais

Um dos principais desafios da Agenda 30 BB do banco consiste em reforçar suas iniciativas de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo e promoção da inclusão social e financeira, incluindo negócios sociais.

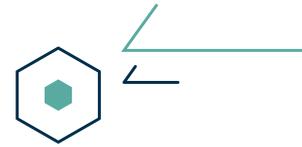
Em dezembro de 2020, o BB possuía saldo de carteira de crédito superior a BRL 126 bilhões em projetos sociais, incluindo: programas governamentais, como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), que oferecem moradias populares para segmentos de baixa renda; empréstimos de

microcrédito para apoiar microempreendedores; o Programa Nacional de Fortalecimento da Família Rural (Pronaf), apoiando os agricultores familiares; a modernização do sistema produtivo e o fortalecimento dos produtores familiares rurais (o programa inclui 12 tipos de linhas de crédito,

incluindo financiamento para mulheres em atividades produtivas familiares rurais e microcrédito); o BB Crédito Acessibilidade, que visa financiar bens e serviços tecnológicos para pessoas com deficiência; e o FIES, um programa governamental de financiamento do ensino superior.



Fundamentação do Framework de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil



Em alinhamento com a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e com o Plano de Sustentabilidade do BB, o banco trabalha para desenvolver continuamente soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição

para uma economia verde inclusiva. Neste contexto, o Banco do Brasil visa captar recursos por meio de títulos e empréstimos verdes, sociais ou de sustentabilidade e apresenta seu Framework de Finanças Sustentáveis, desenvolvido

de acordo com os [Princípios para Títulos Verdes \(GBP\)](#), os [Princípios para Títulos Sociais \(SBP\)](#), as [Diretrizes para Títulos Sustentáveis \(SBG\)](#), os [Princípios para Empréstimos Verdes \(GLP\)](#) e os [Princípios para Empréstimos Sociais \(SLP\)](#) e suas diretrizes (versões 2021):

i. Uso de Recursos

a) Categorias Verdes Elegíveis

- Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso da Terra
- Energia Renovável
- Eficiência Energética
- Edifícios Verdes
- Transporte Limpo
- Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais

b) Categorias Sociais Elegíveis

- Moradia Acessível
- Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Microfinanças
- Empoderamento Socioeconômico
- Acesso a Serviços Essenciais

ii. Processos para Avaliação e Seleção de Projetos

iii. Gestão dos Recursos

iv. Reporte

Além do alinhamento com GBP, SBP, SBG, GLP e SLP, o Banco do Brasil utilizou outras melhores práticas internacionais como referência para desenvolver seu Framework de Finanças Sustentáveis. O Climate Bonds Standard e os critérios setoriais para certificação da Climate Bonds Initiative (CBI), bem como o [European Green Bond Standard \(EU GBS\)](#), foram consultados. O BB pode buscar e obter a certificação CBI adotando os requisitos necessários para a emissão de títulos e empréstimos verdes. Neste caso, o banco indicará um Verificador Credenciado junto à CBI, que garantirá que o BB atenda aos requisitos.

Além disso, ao financiar projetos verdes alinhados com a taxonomia da União Europeia e os outros requisitos-chave da União Europeia (UE), o Banco do Brasil pode vir a emitir títulos verdes com revisão externa registrada pela UE.

I. Uso de Recursos

Objetivos

O setor financeiro desempenha um papel importante na transição para uma economia verde inclusiva⁷, direcionando fluxos financeiros para setores com impactos ambientais e sociais mais positivos e que mitiguem riscos de suas operações. Desde 2014, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) tem trabalhado para medir quanto capital foi investido pelos bancos no Brasil para promover uma

economia verde inclusiva. Em 2020, a FEBRABAN revisou sua metodologia considerando o alinhamento das atividades com padrões de sustentabilidade como a taxonomia da União Europeia, a Climate Bonds Initiative, os Green Bond Principles e Social Bond Principles e a ISO 14.003.

O Banco do Brasil mede seu portfólio sustentável considerando a Taxonomia Verde da FEBRABAN. Ao final de 2020, o saldo foi de BRL 244,7 bilhões. O portfólio de agricultura de baixo carbono⁸ do BB alcançou BRL 32,7 bilhões; melhores práticas de agricultura sustentável⁹, BRL 65,36 bilhões; produtos sociais¹⁰, BRL 126,03 bilhões; e BRL 21,14 bilhões para outras operações.

Como um dos maiores bancos da América Latina, o Banco do Brasil pretende contribuir decisivamente para a transição do Brasil para uma Economia Verde. O Framework de Finanças Sustentáveis, materializado neste documento, marca um dos esforços do banco para diversificar suas possibilidades de recursos para financiar projetos ambientais e socialmente positivos.

Categorias Elegíveis

Esta seção apresenta as categorias de ativos elegíveis que geram benefícios ambientais e sociais que podem constituir uma base para títulos e empréstimos

verdes / sociais / sustentáveis captados pelo BB.

Qualquer título ou empréstimo verde / social / de sustentabilidade levantado pelo Banco do Brasil será baseado na atual carteira de crédito verde e social e em novos projetos aderentes às práticas estabelecidas por esse Framework. Destacamos também que os projetos selecionados a serem financiados com recursos provenientes de títulos e empréstimos verdes / sociais / sustentáveis do BB devem contribuir para um ou mais dos ODS da ONU.

No entanto, é importante ressaltar que as contribuições para os ODS indicados nesta estrutura implicam que os projetos apoiam, em certa medida, a consecução de algumas de suas respectivas metas e não pretendem cumprir o objetivo por si mesmos.

a) Categorias Verdes Elegíveis

Os Projetos Verdes devem se encaixar em uma das seguintes categorias dos Princípios para Títulos Verdes (GBP) 2021 e Princípios para Empréstimos Verdes (GLP) 2021: “Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso da Terra” – incluindo projetos de adaptação às mudanças climáticas – “Energia Renovável”, “Eficiência Energética”, “Edifícios Verdes”, “Transporte Limpo”, “Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais”. Os seguintes tipos de projetos e tecnologias comporão a carteira de crédito verde do BB.

⁷ O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define “Economia Verde” como uma estrutura que melhora o bem-estar da sociedade e promove a igualdade, ao mesmo tempo que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica, utilizando menores emissões de carbono, recursos naturais, eficiência e inclusão social como pilares. Energia renovável, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, água, pesca, silvicultura, agricultura sustentável, agronegócio, gestão de resíduos, educação, saúde, inclusão produtiva e desenvolvimento regional são os setores considerados no caminho para uma economia verde.

⁸ Definido de acordo com o plano governamental ABC.

⁹ Definido de acordo com a definição de Economia Verde da UNEPFI.

¹⁰ Definido de acordo com a definição de Economia Verde da UNEPFI.



Categorias GBP/GLP	Tipos de ativos elegíveis	Definição	Benefícios ambientais	
Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso da Terra	Agricultura de Baixo Carbono (contribuindo para o Plano ABC)	Sistemas de Plantio Direto	Investimentos em Sistemas de Plantio Direto	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas terrestres • Mitigação das mudanças climáticas • Redução da erosão do solo • Prevenção da poluição da água • Resiliência e capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e desastres naturais
		Recuperação e Restauração de Solos	Investimentos em recuperação de solo e restauração de pastagem degradada	
		Sistema de Integração de Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistemas Agroflorestais	Sistemas de Integração lavoura, pecuária e floresta, usando práticas sustentáveis de manejo florestal, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - Integração Lavoura -Pecuária-Floresta (ILPF) - Lavoura-Pecuária - Lavoura-Floresta - Pecuária-Floresta - Sistemas Agroflorestais 	
		Fixação Biológica de Nitrogênio	Processo que transforma nitrogênio atmosférico em formas assimiláveis para plantas por micro-organismos	
		Tratamento de Resíduos Animais	Biodigestão e compostagem de resíduos animais, incluindo geração de energia	
		Outros projetos	Adaptação de Sistemas Produtivos e projetos de proteção ecológica de impactos climáticos e gestão de risco na agricultura, incluindo conversão de produção não certificada em produção certificada por terceiros (BONSUCRO, FSC, PEFC, certificações orgânicas credenciadas pela IFOAM, Orgânico Brasil, Better Cotton Initiative (BCI), Rainforest Alliance / UTZ, Fairtrade e 4C), água ou gestão microclimática, como irrigação por gotejamento e agricultura protegida e sistemas de monitoramento climático, mapeamento e modelagem de vulnerabilidades ¹¹	

¹¹ Exceto pelos projetos de mapeamento e modelagem de vulnerabilidades já elegíveis, as necessidades de adaptação para elegibilidade do projeto nesta categoria serão avaliadas com base na ferramenta governamental AdaptaClima (<http://adaptaclima.mma.gov.br>)



Categorias GBP/GLP	Tipos de ativos elegíveis	Definição	Benefícios ambientais
Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso da Terra	Sistemas de Irrigação Sustentável	Construção ou modernização de sistemas de irrigação sustentáveis, como pivô, inundações e gotejamento de alta eficiência	
	Silvicultura	Florestas comerciais e gestão sustentável de florestas de acordo com as melhores práticas internacionais ¹² e certificada pelo FSC ou PEFC; e recuperação de reserva legal, florestas ciliares e áreas de preservação ambiental	
Energia Renovável	Usinas de Energia Solar	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica solar ¹³	<ul style="list-style-type: none"> Mitigação das mudanças climáticas Redução da poluição do ar
	Usinas de Energia Eólica	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica movidas a energia eólica ¹⁴	
	Usinas de Energia de Biomassa	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de usinas movidas a biomassa residual (resíduos) para eletricidade ¹⁵	
	Usinas Hidrelétricas	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas a fio d'água com até 30 MW de capacidade instalada ¹⁶	
	Equipamentos Associados	Instalação de sistemas de equipamentos e tecnologia necessários para a implementação de micro ou mini geradores, incluindo infraestrutura de transmissão dedicada.	
	Biocombustíveis	<p>Produção de etanol¹⁷ em conformidade com:</p> <ol style="list-style-type: none"> BONSUCRO ou Limite de emissões de gases de efeito estufa (GEE) estabelecido pelos critérios de Bioenergia da Climate Bonds Initiative¹⁸ e a ferramenta de cálculo de GEE Renovacalc¹⁹ <p>Outros combustíveis líquidos derivados da biomassa, certificados pela ISCC EU.</p>	

¹² O BB submete todos os projetos e atividades florestais a um processo de triagem ambiental e social, garantindo o alinhamento com as melhores práticas internacionais e nacionais (biodiversidade e gestão sustentável da água)

¹³⁻¹⁴⁻¹⁵ Inclui unidades de geração de energia elétrica de até 75 KW (microgeração) ou entre 75 KW - 5 MW (mini geração) em um sistema de energia distribuída, conforme definido na Resolução nº 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/bren2012482.pdf>>

¹⁶ Conforme definido pela Resolução nº 875/2020 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-normativa-n-875-de-10-de-marco-de-2020-248070610>

¹⁷ Produção de etanol totalmente compatível com o Código Florestal Brasileiro, que não concorre com a produção de alimentos nem esgota os pools de carbono terrestre existentes, principalmente o etanol de cana-de-açúcar originário de plantações com colheita mecanizada, que não empregam práticas de queima pré-colheita, em conformidade com a cana-de-açúcar Zoneamento Agroecológico, instituído pelo Decreto 6.961, de 17/09/2009

¹⁸ Disponível em: [Bioenergy | Climate Bonds Initiative](https://www.climatebondsinitiative.com/)

¹⁹ Criada pela Lei 13.576 / 2017, a RenovaBio é a nova Política Nacional de Biocombustíveis para fomentar a produção de biocombustíveis com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica, visando à redução de emissões de GEE no país



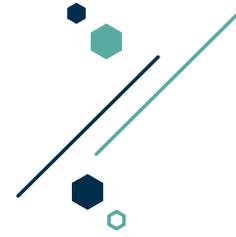
Categorias GBP/GLP	Tipos de ativos elegíveis	Definição	Benefícios ambientais
Eficiência Energética	Eficiência Energética	<p>Melhorias de eficiência energética em processos da indústria, instalações e edifícios que fornecem pelo menos 20% em relação a linha de base, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de iluminação ou equipamentos públicos mais eficientes - Sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) com eficiência energética - Unidades de armazenamento e armazéns eficientes - Redução das perdas de calor e aumento da recuperação de calor residual em processos industriais não relacionados à produção ou uso de combustível fóssil - Redes inteligentes para sistemas de energia mais eficientes (digitalização) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mitigação das mudanças climáticas
Edifícios Verdes	Edifícios Certificados	Construção ou reforma de edifícios residenciais, industriais e comerciais com certificação de alto desempenho para o processo construtivo (LEED e Selo Procel Edificações)	<ul style="list-style-type: none"> • Mitigação das mudanças climáticas (em áreas-chave, como centros urbanos)
Transporte Limpo	Transporte não motorizado	Aquisição de bicicletas e scooters, bem como de infraestruturas e vias para pedestres e ciclistas	<ul style="list-style-type: none"> • Mitigação das mudanças climáticas (em áreas-chave, como centros urbanos) • Redução da poluição do ar
	Veículos elétricos e híbridos	Aquisição de veículos elétricos e híbridos ²⁰ , bem como desenvolvimento de pontos de carregamento para carros elétricos	
	Sistemas de transporte de massa	Construção de sistemas de metrô, trem leve e sistemas de trânsito rápido de ônibus (bus rapid transit system – BRT) certificados pelo ITDP	
	Ferrovia	Construção de trens de passageiros e carga	
Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais	Água	Construção ou ampliação de instalações de tratamento e abastecimento de água, bem como redução das perdas de água durante a distribuição	<ul style="list-style-type: none"> • Mitigação das mudanças climáticas
	Esgoto	Construção ou expansão de sistemas de esgoto, bem como instalações de tratamento de águas residuais industriais	
	Resíduos sólidos	Sistemas de prevenção de resíduos seguidos de reutilização e reciclagem ²¹ , incluindo tecnologias de transformação de resíduos em energia, bem como instalações de reciclagem industrial	



²⁰ Veículos que possuem o Selo CONPET com emissões máximas do escapamento de 106g CO2 / km

²¹ Os investimentos em instalações de reciclagem industrial incluirão o processamento de frações de resíduos recicláveis em matérias-primas secundárias e instalações que coletam, classificam, limpam, renovam, recondicionam e reparam produtos



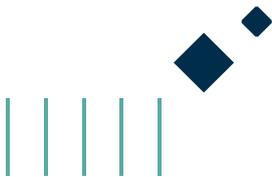


Agricultura de Baixo Carbono

O Anexo 2 apresenta a descrição destas técnicas agrícolas e seus benefícios. Exemplos dos tipos de culturas que se beneficiam das técnicas de agricultura de baixo carbono incluem: soja, milho, trigo, feijão, maçã, mandioca, alho, arroz, aveia, batata, café, cevada, grama, feno, laranja e cana-de-açúcar (de acordo com a certificação BONSUCRO). Exemplos de tipos de atividades relacionadas à recuperação e restauração do solo incluem: criação de aves, suínos, gado, cabras, cavalos e búfalos.

As atividades nesta categoria que podem ser financiadas incluem: elaboração de projeto técnico, georreferenciamento da área rural e regularização ambiental, assistência técnica, biofertilização, recuperação do solo, aquisição de sementes e mudas para pastagens e florestas, aquisições e serviços de insumos para implementação e manutenção de projetos, aquisição, transporte, aplicação e incorporação de retificadores agrícolas (calcário e outros),

delimitação e construção de terraços e implementação de práticas conservacionistas do solo, aquisição de máquinas nacionais, construção e modernização de propriedades rurais e despesas trabalhistas vinculadas ao principal financiamento de investimento²². As atividades financiadas pelo Plano ABC não contemplam expansão ou abertura de áreas agrícolas.



²² O Manual de Crédito Rural – MCR permite o financiamento de outros tipos de investimentos em atividades rurais, dentro dos limites estabelecidos do valor total financiado: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f5013.pdf>

Energia Renovável

Os projetos de energia renovável incluem micro e mini geração de energia para o setor primário (linhas de crédito agroenergético) e geração de energia para indústria, comércio, serviços e residências, incluindo equipamentos e tecnologia associados para o seu bom funcionamento. Linhas de transmissão dedicadas para conectar essas usinas

de energia renovável ao sistema de rede nacional e projetos que apoiam a expansão da produção de biocombustíveis sustentáveis também são considerados.

Investimentos para a compra e implementação de micro e mini geradores para atividades agropecuárias, incluindo equipamentos e tecnologia associados para

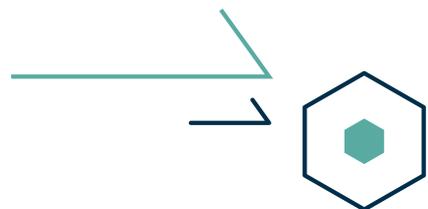
o uso adequado e outros custos de instalação, são cobertos por esta categoria. O Programa Agro Energia do BB compreende operações financeiras em linhas de crédito como "Pronaf Eco", "Pronaf Agroindústria", "Prodecoop", "Inovagro", "Investe Agro", "Pronamp Investimento" e "FCO Rural Investimento Agropecuário".

b) Categorias Sociais Elegíveis



Os projetos sociais devem se encaixar em uma das seguintes categorias dos Princípios para Títulos Sociais (SBP): "Moradia Acessível", "Financiamento de Micro e Pequenas

Empresas e Microfinanças", "Empoderamento socioeconômico" e "Acesso a serviços essenciais". Os seguintes tipos de projetos compõem a carteira de crédito social do BB.



Categories SBP	Types of Eligible Assets	Definition	Social Benefits
Moradia Acessível	Moradia Acessível	Unidades habitacionais incluídas no programa governamental Casa Verde e Amarela para famílias com renda mensal de até BRL 7.000,00 ²³	<ul style="list-style-type: none"> Habitação segura e acessível
Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Microfinanças	Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Inclusão Financeira	Empresas, cooperativas e instituições com receita anual de até USD 3 milhões ²⁴	<ul style="list-style-type: none"> Geração de emprego Inclusão financeira
Empoderamento Socioeconômico	Produção Rural Familiar	Pequenos produtores rurais com receita anual de até BRL 500,000 ²⁵ em subprogramas selecionados, como ²⁶ : Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria Familiar, Pronaf Cotas-Partes, Pronaf Mulher – agricultores familiares, Pronaf Agroecologia e Pronaf Eco	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento e avanço socioeconômico de comunidades rurais e mulheres Segurança alimentar
	Tecnologia de Acessibilidade	Bens e serviços tecnológicos para pessoas com deficiência ²⁷	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento e avanço socioeconômico para pessoas com deficiência
Acesso a Serviços Essenciais	Instalações e Equipamentos para Saúde	Instalações e equipamentos para clínicas de saúde e odontologia localizados em municípios com baixo acesso à saúde, de acordo com o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) ²⁸	<ul style="list-style-type: none"> Acesso a serviços de saúde

²³ Equivalente a USD 3,500 (PPP 2018, disponível em <https://data.oecd.org/conversion/purchasing-power-parities-ppp.htm>) e a sete vezes o salário mínimo de 2019 (BRL 998).

²⁴ De acordo com a definição de micro e pequenas empresas da IFC, o limite de receita anual para este segmento é de US\$ 3 milhões (https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/industry_ext_content/ifc_external_corporate_site/financial+institutions/priorities/ifcs+definitions+of+targeted+sectors).

²⁵ Conforme estabelecido pelo Manual de Crédito Rural governamental.

²⁶ Os subprogramas selecionados são financiados com recursos próprios do Banco do Brasil.

²⁷ Financiamento de cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, órteses, próteses, passeadores, adaptações habitacionais e outras tecnologias para assistência a pessoas com deficiência.

²⁸ Disponível em: DATASUS – Ministério da Saúde (saude.gov.br)



II. Processos para avaliação e seleção de projetos

Estes processos incluem: seleção de projetos que irão constituir o portfólio da instituição apoiando títulos e empréstimos verdes / sociais / sustentáveis para verificar a aderência dos projetos às categorias elegíveis do Framework; avaliação dos benefícios ambientais e sociais dos projetos e o alinhamento com a Política de Responsabilidade Socioambiental e critérios de exclusão da instituição. Serão realizados pelas áreas gestoras do Framework de Finanças Sustentáveis, sendo elas a Diretoria de Finanças (Difin) e a Unidade de Relações com Investidores e Sustentabilidade (URI) e outras unidades estratégicas, conforme necessário. A deliberação desses assuntos, quando necessária, ocorrerá nos respectivos Comitês de Administração das Unidades, compostos por Gerentes Executivos e Diretores, ou em Colegiados Estratégicos do BB (instância superior).

As ações e resultados do Framework de Finanças Sustentáveis serão monitorados, periodicamente, pelo Fórum de Sustentabilidade BB, composto por Gerentes Executivos de diversas unidades estratégicas. Por sua vez, é realizada prestação de contas semestral dos assuntos discutidos nos Fóruns de Sustentabilidade ao Comitê Executivo de Sustentabilidade e ao Conselho Diretor.

O Framework de Finanças Sustentáveis é aprovado pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade, composto por Vice-presidentes e Diretores do BB.

Categorização do Portfólio

O BB possui uma carteira de crédito com recursos oriundos de depósitos diretos e outros instrumentos de tesouraria, que abrange diversos itens destacados na seção I (Uso de Recursos). As linhas de financiamento com as quais o banco trabalha atualmente e outras que possam surgir futuramente podem financiar projetos que compõem seu portfólio de projetos sustentáveis, desde que atendam aos critérios de elegibilidade, categorização e avaliação estabelecidos neste documento.

Os recursos captados pelo BB por meio de títulos ou empréstimos verdes / sociais / sustentáveis serão alocados para (i) reembolso de projetos originados antes de qualquer emissão, considerando o saldo remanescente do contrato; e (ii) projetos que serão financiados pelo BB após qualquer emissão, até o valor total do financiamento.

Gestão de Risco Ambiental e Social

O sistema de gestão de riscos socioambientais do BB está em conformidade com os requisitos da Resolução CMN 4327/2014 e da norma autorregulatória SARB 14/2014 da Febraban, e tem o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e monitorar os riscos diretos e indiretos relacionados às questões

socioambientais dos processos, produtos e negócios do banco.

Além disso, o banco desenvolveu Diretrizes de sustentabilidade para empréstimos ao agronegócio e a [atividades florestais](#) bem como para [energia elétrica](#). As diretrizes observam a legislação ambiental, trabalhista, de saúde e segurança e a adoção de melhores práticas, como gestão sustentável da água, solo e silvicultura, uso racional de pesticidas e cuidados com o bem-estar dos animais no setor agrícola, promovendo uma economia de baixo carbono e fornecendo condições especiais para energias renováveis para o setor elétrico.

Para operações agrícolas, o banco também é obrigado por lei a exigir o Cadastro Ambiental Rural (CAR)²⁹ de agricultores, a fim de fornecer crédito. O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todas as propriedades rurais, com o objetivo de construir um banco de dados estratégico para o controle, monitoramento e remediação do desmatamento no Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico das propriedades rurais. O produtor também informa a área do polígono financiado, e o banco envia essas informações ao Banco Central do Brasil para controle de área e crédito.

²⁹ O Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei 12.651 / 12 (Código Florestal), inclui dados do proprietário ou pessoa diretamente responsável pela propriedade rural, o mapa georreferenciado do perímetro da propriedade, áreas de utilidade social e pública, informações sobre a localização de remanescentes de vegetação nativa, áreas consolidadas, Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Uso Restrito (AUR) e Reservas Legais (RL). O CAR é gerenciado pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB, órgão do governo responsável pelo manejo de florestas públicas, com a missão de promover conhecimento, uso sustentável e expansão da cobertura florestal, tornando a agenda florestal estratégica para a economia do país. Suas funções incluem apoiar a implementação, gerenciamento e integração dos bancos de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR).



Todas as operações de financiamento do BB que envolvem áreas rurais têm registradas as coordenadas geodésicas das glebas financiadas. O BB possui um sistema de verificação automática, no qual são verificadas mais de 50 bases públicas, com indicadores de alerta e informações socioambientais, permitindo que sejam identificadas sobreposições dos polígonos financiados com áreas ambientalmente sensíveis durante a avaliação de risco de desmatamento ilegal. Aqueles empreendimentos que possuem embargos decorrentes de desmatamento identificados pelos órgãos ambientais têm a proposta de financiamento rejeitada em suas análises.

Para projetos de investimento definidos no Plano ABC e outras linhas que retêm recursos que se enquadram na categoria de Energias Renováveis para a Agricultura (Agroenergia), o banco possui procedimentos internos de avaliação de projetos que compreendem uma revisão técnica por agrônomos qualificados que são funcionários do BB. Para projetos de energia, o BB incorpora medidas de mitigação e compensação socioambiental às condicionantes de financiamento, de acordo com o tamanho e os impactos da operação.

O BB também possui diretrizes internas para atividades controversas, listadas no Anexo 3, restringindo o financiamento às atividades da seguinte forma:

- **Atividades excluídas:** atividades que não respeitam a lei ou os princípios e valores do Banco do Brasil, nas quais o banco não investe ou financia; consideramos atividades excluídas aquelas em que o Banco não assume risco de crédito por impedimentos legais ou por não se enquadrarem nas diretrizes do BB.
- **Atividades restritas:** consideramos atividades restritas aquelas em que o Banco assume risco de crédito sob certas condições. Os documentos necessários para a avaliação de restrições socioambientais específicas incluem, mas não se limitam a: estudos de impacto ambiental e documentos associados, zoneamento econômico-ecológico, análise de responsabilidade socioambiental para as aprovações de limites de crédito ou de projetos conforme o caso aplicável, outorga de direito de uso de recursos hídricos, e documento de autoridade florestal quando aplicável, sem prejuízo a outros requisitos adicionais necessários à garantia do cumprimento das diretrizes socioambientais e política de crédito do Banco.

O BB é o único banco que aderiu à Moratória da Soja, um acordo entre partes interessadas para evitar a comercialização de soja em áreas desmatadas do bioma Amazônia. O banco também é membro da Grupo de Trabalho da Pecuária

Sustentável (GTPS) e signatário do PRI, Princípios do Equador, Pacto Global da ONU, Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e do Carbon Disclosure Project (CDP).

Dada a existência de procedimentos de gestão de riscos socioambientais, os projetos classificados como baixo risco serão automaticamente elegíveis se pertencerem a uma das categorias da seção I, enquanto os projetos de maior risco precisarão ser avaliados individualmente pelo comitê do Framework de Finanças Sustentáveis.

Critérios de Exclusão

Projetos ou operações de crédito que se enquadram em um ou mais critérios de exclusão descritos abaixo não podem ser financiados com os recursos que o Banco do Brasil capta por meio de títulos e empréstimos verdes / sociais / sustentáveis:

- Empréstimo para capital de giro exclusivamente para empresas de grande porte³⁰;
- Refinanciamento de operações que receberam recursos de bancos de desenvolvimento e agências multilaterais e governamentais;
- Projetos com prazo de financiamento no mesmo ano de emissão;
- Culturas de tabaco;
- Produção ou comércio de armas de fogo;
- Produção ou comércio de álcool;

³⁰ Empresas com receita anual acima de US\$ 3 milhões (de acordo com a [definição da IFC](#)). Capital de giro para micro e pequenas empresas (faturamento anual de até US\$ 3 milhões) são elegíveis desde que apresentem benefícios sociais evidentes, incluindo geração e manutenção de empregos, bem como inclusão financeira

- Atividades ou produção nas terras pertencentes, ou reivindicadas sob adjudicação, por povos indígenas, sem o consentimento completo e documentado de tais povos;
- Negócios diretamente ligados à produção, distribuição ou comercialização de combustíveis fósseis e tabaco.

Além disso, de acordo com as diretrizes do BB para atividades controversas, os seguintes itens não podem ser financiados:

- Empresas que têm restrições legais ou afetam a reputação do banco;
- Atividades que comprovadamente praticam exploração sexual de menores de idade e/ou trabalho infantil;
- Jogos de azar;
- Clientes que submetem os trabalhadores a condições degradantes de trabalho ou os mantêm em condições semelhantes à escravidão;
- Novas áreas de plantação de cana após 28 de outubro de 2009 nos biomas Amazônia e Pantanal ou na bacia do Alto Paraguai.

III. Gestão dos Recursos

Os recursos captados com títulos e empréstimos verdes / sociais / sustentáveis do Banco do Brasil serão gerenciados pela Diretoria de Finanças do Banco para financiar projetos novos

ou existentes. Os recursos serão recebidos no caixa do Banco e mantidos, até a alocação efetiva, nesta conta e / ou instrumentos de alta liquidez e baixo risco, como títulos do governo. Os recursos, em qualquer caso, não serão utilizados em investimentos que não sejam considerados alinhados com os padrões de títulos e empréstimos verdes / sociais / sustentáveis, conforme os critérios de elegibilidade e exclusão deste Framework.

O BB reitera que os recursos obtidos a partir qualquer título ou empréstimo verde / social / sustentável serão usadas exclusivamente para projetos financeiros que atendam aos requisitos de elegibilidade selecionados neste documento. Além disso, a alocação dos recursos utilizados será revisada por auditoria externa anual.

Atualmente, o banco possui procedimentos internos para gerenciar e marcar operações lastreadas em fundos governamentais. Procedimentos semelhantes serão utilizados para marcar as carteiras de títulos e empréstimos verdes / sociais / sustentáveis. O rastreamento de projetos e contas que respaldam esses títulos e empréstimos será executado pela Gerência Executiva de Sustentabilidade Empresarial, que manterá um banco de dados atualizado, incluindo número da conta, nome do cliente, uso de recursos, valor contratado, valor em aberto, vencimento do empréstimo e outras informações a

serem registradas para a alocação dos recursos.

O processo de monitoramento garantirá que o financiamento total exigido para projetos elegíveis seja superior aos valores em aberto devidos por títulos e empréstimos verdes / sociais / sustentáveis e que os projetos elegíveis não estejam garantindo outras obrigações de 'uso de recursos'.

O banco possui procedimentos internos para verificar a alocação de recursos para projetos designados que envolvem auditoria de crédito em campo realizada por um técnico especializado do banco.

O BB tem como objetivo alocar totalmente os recursos de cada emissão ou empréstimo dentro de 36 meses a partir da data da operação de captação

IV. Reporte

Reporte sobre Alocação

O Banco do Brasil divulgará anualmente o uso de recursos de títulos e empréstimos verdes / sociais / sustentáveis emitidos até o vencimento, indicando:

- O número de beneficiários;
- O valor médio dos empréstimos concedidos;
- O valor do desembolso para cada categoria verde / social / sustentável que compõe o portfólio;
- O montante de recursos não alocados;
- A distribuição regional dos empréstimos concedidos;



O relatório também demonstrará se os recursos foram alocados em projetos existentes no portfólio verde / social / sustentável na data de emissão ou em projetos contratados posteriormente. Os valores e alocações anuais relatados serão validados por auditoria externa.

O relatório estará disponível no [site de RI do BB](#).

Reporte sobre Impacto

O Banco do Brasil também reportará anualmente e de forma pública os impactos agregados por categoria de uso de recursos, apresentando indicadores

selecionados e estudos de caso relevantes, quando disponíveis. A redução ou captura de gases de efeito estufa e outros benefícios ambientais ou sociais serão estimados com a metodologia adequada divulgada. Os indicadores de resultado e impacto serão selecionados na lista abaixo.

Categorias Elegíveis		Ativos Elegíveis	Indicadores de resultado	Indicadores de impacto	
Verde	Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso da Terra	Sistemas de Plantio Direto	<ul style="list-style-type: none"> Área agrícola sujeita a práticas sustentáveis (ha) Número de produtores beneficiados 	<ul style="list-style-type: none"> GEE capturado (t CO2 eq.) 	
		Recuperação e Restauração de Solos	<ul style="list-style-type: none"> Área recuperada de solo e pastagem (ha) Número de produtores beneficiados 	<ul style="list-style-type: none"> GEE capturado (t CO2 eq.) 	
		Sistema de Integração de Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAF)	<ul style="list-style-type: none"> Área de ILPF/SAF (ha) 	<ul style="list-style-type: none"> GEE capturado (t CO2 eq.) 	
		Fixação Biológica de Nitrogênio	<ul style="list-style-type: none"> Redução do consumo de fertilizantes (t) 	<ul style="list-style-type: none"> GEE evitado (t CO2 eq.) 	
		Tratamento de Resíduos Animais	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos tratados (t) Biogás gerado (m3) Biofertilizante gerado (t) 	<ul style="list-style-type: none"> GEE evitado (t CO2 eq.) 	
		Sistemas de Irrigação Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> Uso de água antes e depois do projeto (m3) 	<ul style="list-style-type: none"> % do uso de água reduzido/ evitado 	
		Silvicultura	<ul style="list-style-type: none"> Área de floresta (ha) 	<ul style="list-style-type: none"> GEE evitado (t CO2 eq.) 	
		Outros Projetos	<ul style="list-style-type: none"> Área agrícola beneficiada (ha) 	<ul style="list-style-type: none"> Perda financeira evitada 	
		Energia Renovável	Solar, Eólica Biomassa e Hidrelétrica	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade instalada de energia renovável (MW) 	<ul style="list-style-type: none"> GEE evitado (t CO2 eq.)
			Biocombustíveis	<ul style="list-style-type: none"> Volume de produção de biocombustível (m3) 	<ul style="list-style-type: none"> GEE evitado (t CO2 eq.)
Eficiência Energética	Eficiência Energética	<ul style="list-style-type: none"> Redução do consumo de energia (kWh/ano) 	<ul style="list-style-type: none"> GEE evitado (t CO2 eq.) 		
Edifícios Verdes	Edifícios certificados	<ul style="list-style-type: none"> Número de edifícios certificados 	<ul style="list-style-type: none"> GEE evitado (t CO2 eq.) 		



Categorias Elegíveis		Ativos Elegíveis	Indicadores de resultado	Indicadores de impacto
Verde	Transporte Limpo	Transporte não motorizado	• Número de transportes não motorizados	• GEE evitado (t CO2 eq.)
		Veículos elétricos e híbridos	• Número de veículos elétricos/híbridos providenciados	• GEE evitado (t CO2 eq.)
		Sistemas de transporte de massa	• Extensão dos sistemas de transporte de massa de baixo carbono	• População com acesso a água
		Ferrovia	• Extensão dos trilhos	• GEE evitado (t CO2 eq.)
	Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais	Água	• Capacidade expandida de tratamento ou distribuição de água (m3 / ano)	• População com acesso a água
		Esgoto	• Capacidade expandida de esgoto ou tratamento de águas residuais (m3 / ano)	• GEE evitado (t CO2 eq.)
Resíduos sólidos		• Capacidade de resíduos expandida (m3 / ano)	• GEE evitado (t CO2 eq.)	
Social	Moradia Acessível	Moradia Acessível	• Número de residências financiadas	• Número de beneficiários
	Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Microfinanças	Financiamento para Micro e Pequenas Empresas e Inclusão Financeira	• Número de beneficiários	• Número estimado de empregos apoiados • Número de empresas lideradas por mulheres financiadas
	Empoderamento Socioeconômico	Produção rural familiar	• Número de produtores beneficiados • Número de mulheres produtoras financiadas	• Receita anual estimada gerada para famílias rurais
		Tecnologias para Acessibilidade	• Número de equipamentos financiados	• Número de beneficiários
	Acesso a serviços essenciais	Instalações e Equipamentos para Saúde	• Número de unidades de saúde financiadas	• Número estimado de beneficiários

Revisão externa

Um provedor reconhecido de parecer de segunda opinião (SPO, na sigla em inglês) analisará o Framework de Finanças Sustentáveis do BB. O SPO será publicado no

[site de relações com investidores da instituição](#). O Banco também receberá garantia pós-emissão por um provedor de serviços reconhecido. O relatório pós-

emissão será publicado dentro de 12 meses após a emissão dos títulos e/ou aprovação do empréstimo e anualmente até o final do vencimento no [site de RI do BB](#).



ANEXO 1

Agenda 30 BB Desafios em Sustentabilidade



Prosperidade	Parceria	Pessoas	Planeta	Paz
<p>Desafio 1: alinhar a governança do Banco do Brasil às melhores práticas internacionais e reforçar o papel da Alta Administração na estratégia de sustentabilidade.</p> <p>Desafio 2: identificar e gerenciar os riscos não financeiros e/ou emergentes de médio e longo prazos que possam impactar significativamente os negócios do Banco do Brasil.</p> <p>Desafio 3: identificar as inovações do setor financeiro (modelos de negócio e tecnologias) e se antecipar às tendências a fim de garantir a longevidade e perenidade do Banco do Brasil.</p> <p>Desafio 4: aprimorar a gestão de relacionamento com o cliente e aumentar os índices de satisfação e retenção.</p> <p>Desafio 5: aprimorar a gestão de estratégia fiscal do Banco do Brasil, com foco na governança, nos riscos de tributação e na transparência.</p>	<p>Desafio 6: Reforçar as iniciativas do Banco do Brasil em prol do desenvolvimento produtivo, do empreendedorismo e da promoção da inclusão social e financeira, contemplando os negócios sociais.</p> <p>Desafio 7: Fortalecer a gestão do tema sustentabilidade nas entidades ligadas ao Banco do Brasil.</p> <p>Desafio 8: Aprimorar o papel do Banco do Brasil como orientador para a educação financeira.</p>	<p>Desafio 9: garantir maior proporcionalidade da representatividade de gênero e raça em todos os níveis hierárquicos do Banco do Brasil.</p> <p>Desafio 10: Reforçar ações de educação e sensibilização em sustentabilidade para o público interno e a sociedade.</p> <p>Desafio 11: Aprimorar o modelo de remuneração variável dos funcionários, inclusive da alta administração, ampliando os critérios socioambientais e contemplando o desempenho individual.</p> <p>Desafio 12: Reforçar a atuação do Banco do Brasil em relação ao capital humano, contemplando a gestão de saúde, segurança e bem-estar, o desenvolvimento e a retenção de talentos.</p> <p>Desafio 13: Fortalecer a atuação do Banco do Brasil em relação ao tema ética e às práticas de combate à corrupção, de atos ilícitos e de lavagem de dinheiro.</p>	<p>Desafio 14: Desenvolver soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição para uma economia verde e inclusiva.</p> <p>Desafio 15: Aprimorar a governança e a gestão dos riscos e das oportunidades relacionadas às questões climáticas.</p> <p>Desafio 16: Aprimorar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e as práticas de ecoeficiência na busca pela redução da pegada ecológica do Banco do Brasil.</p> <p>Desafio 17: Aprimorar a gestão do risco socioambiental na cadeia de fornecedores, na concessão de crédito, nos financiamentos, em investimentos próprios e na gestão de ativos de terceiros, considerando também os assuntos polêmicos.</p>	<p>Desafio 18: Desenvolver processo de due diligence socioambiental (inclui direitos humanos e práticas trabalhistas) para avaliar os impactos das operações e relações comerciais do Banco do Brasil</p> <p>Desafio 19: Aprimorar as práticas de gestão e de relato do Banco do Brasil sobre o desempenho em sustentabilidade.</p> <p>Desafio 20: Aprimorar a integração entre o Investimento Social Privado e a estratégia de negócios.</p> <p>Desafio 21: Garantir a transparência na comunicação e na comercialização de produtos e serviços.</p>

ANEXO 2

Técnicas de Agricultura de Baixo Carbono

Sistemas de Plantio Direto

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os sistemas de plantio direto (Sistema de Plantio Direto) são caracterizados por um conjunto de tecnologias, processos, produtos e serviços que proporcionam menor grau de perturbação no sistema agrícola produtivo, quando comparados a outras formas de manejo que empregam mobilização do solo. Baseia-se na diversificação de espécies, menor mobilização do solo (apenas na linha de semeadura ou poço), manutenção permanente da cobertura do solo e minimização do intervalo entre colheita e semeadura, com o objetivo de estabelecer o processo contínuo de semeadura. Essa técnica requer menos máquinas e equipamentos, menos força de trabalho e menos energia fóssil e favorece a atividade biológica do solo e o controle biológico de pragas, doenças e ervas daninhas. Além disso, praticamente elimina a erosão, melhora o uso de fertilizantes, aumenta a flocculação e a agregação do solo e reduz a decomposição da matéria orgânica, estabelecendo sincronização entre a disponibilidade de nutrientes e o crescimento das formas de vida presentes no solo.

De acordo com o Portfólio de Boas Práticas Agrícolas -

Programa Água Brasil (Banco do Brasil e WWF, 2015), os sistemas de plantio direto oferecem os seguintes benefícios:

- Redução da perda de solo por erosão, uma vez que é protegida por uma camada de palha. A palha faz a água penetrar lentamente e evita assoreamento;
- Conservação e aumento do conteúdo de matéria orgânica no solo, reduzindo a lavoura e a grelha e proporcionando um acúmulo de matéria orgânica. Associado a isso, quando a palha é mantida, a degradação desse material aumenta o teor de fertilidade do solo;
- Conservação de água no sistema, uma vez que a palha diminui a evaporação;
- Baixa temperatura do solo, pois não é exposto à radiação, mesmo nos períodos mais quentes do dia;
- Custo de produção reduzido, principalmente devido à diminuição da lavra, classificação e mão de obra utilizada nesses processos;
- Mais tempo para semear, pois o solo é mantido úmido por mais tempo após a chuva;
- Maior estabilidade e equilíbrio das

propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, uma vez que é menos mobilizado;

- Aumento da produtividade associado a maior umidade, principalmente durante estiagem prolongada;
- Aumento do armazenamento de carbono no solo.

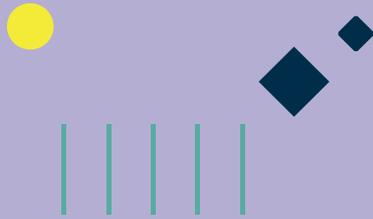
Recuperação do Solo e Restauração de Pastagens Degradadas

A fertilização e correção do solo são fundamentais para que o agronegócio nacional alcance a produtividade necessária para produzir alimentos sem abrir novas áreas. Na pecuária, as práticas de calagem e reparo do solo, combinadas com o bom manejo de pastagens e fertilização, permitem maior longevidade das pastagens e aumento da produção de carne e leite por hectare. Estima-se que, para cada hectare de pasto recuperado, cerca de dois hectares sejam preservados do [desmatamento](#).

Os benefícios da atividade incluem:

- Melhoria da produção de forragem;
- Melhoria na produção de leite ou carne;





- Conservação do solo e prevenção de erosão, com melhor cobertura do solo;
- Diminuição da pressão para expandir áreas produtivas de pastagem;
- Redução de processos erosivos, pois melhora a cobertura do solo.

Sistemas Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAF)

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) define Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta como [sistemas de produção que integram árvores, pastagens e culturas em rotação, combinação ou sucessão em uma mesma área.](#)

Os sistemas agroflorestais são definidos como sistemas com uso coletivo da terra, com plantas perenes lenhosas (como árvores, arbustos, palmeiras e outras) e culturas agrícolas e / ou animais. Isso pode acontecer apenas com culturas e florestas (sistemas agro-silviculturais); silvicultura e animais (sistemas silvipastoris) ou os três elementos combinados (sistemas agrossilvipastoris). Assim,

os sistemas agroflorestais estão incluídos no conceito de [Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.](#)

Os benefícios da atividade incluem:

- Recuperação de áreas degradadas e capacidade de explorar o solo economicamente o ano todo;
- Reduz a necessidade de desmatamento e favorece o aumento da produção de grãos, carne e leite a custos mais baixos, devido ao efeito combinado das atividades;
- Redução das emissões de metano nos bovinos, devido ao auxílio das árvores na neutralização das emissões;
- Redução do óxido nítrico devido à menor necessidade de fertilização e preparo do solo.

Fixação Biológica de Nitrogênio

Segundo a Embrapa, a fixação biológica de nitrogênio é um processo que transforma o nitrogênio atmosférico em formas assimiláveis para as plantas, um mecanismo que pode ser usado para obter nitrogênio para a nutrição das plantas. O processo é realizado

por microrganismos com a enzima nitrogenase, transformando nitrogênio em amônia solúvel em água absorvida pelas plantas. O uso da técnica reduz as emissões de óxido nítrico (GEE), devido à [fertilização mais eficaz e ao uso reduzido de fertilizantes.](#)

Tratamento de Resíduos Animais

O Tratamento de Resíduos Animais combina técnicas como biodigestão e compostagem. A biodigestão dos resíduos, realizada por microrganismos em um ambiente sem oxigênio, resulta em biofertilizante e biogás. O último pode ser queimado para reduzir ainda mais seu potencial de aquecimento (reduzindo ainda mais a quantidade de metano em sua composição) com chama aberta ou confinado ou usados para gerar energia. A compostagem dos resíduos, também realizada por microrganismos, mas em ambiente com oxigênio, resulta em composto (aditivo de solo rico em nutrientes) e biofertilizante. As técnicas proporcionam redução das emissões de GEE dos resíduos e potencial poluidor e [redução de recursos de uso para fertilização.](#)



ANEXO 3

Procedimentos para atividades ambientais e sociais controversas

Atividades Excluídas

Atividades que não respeitam a lei ou princípios e valores do Banco do Brasil, nas quais o banco não investe ou financia.

1. Apostas ou jogos de azar não regulamentados
2. Exploração sexual
3. Substâncias perigosas (amianto)
4. Violação dos direitos humanos
 - Trabalho forçado / escravo - trabalho análogo à escravidão é caracterizado por condições de trabalho degradantes, jornada de trabalho exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida. No Brasil, há predominância de mão de obra análoga à escravidão em atividades econômicas desenvolvidas no meio rural, como pecuária, produção de carvão e lavouras agrícolas. No entanto, essa situação também pode estar presente em centros urbanos, como na indústria têxtil e no setor de construção civil, entre outros.
 - Trabalho infantil - de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, "trabalho infantil" é definido como o trabalho que priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade e é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental. No Brasil, o trabalho é proibido para menores de 16 anos. O trabalho como aprendiz só é permitido a partir dos 14 anos. Trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou atividades da lista TIP (piores formas de trabalho infantil) são proibidos até a idade de 18 anos.
 - O Brasil corre o risco de ocorrência de trabalho infantil em atividades como comércio, manutenção, indústria e agricultura.
 - Discriminação de raça e gênero - baseado no art. 3º, item 11, da Lei nº 9.029 / 95.
5. Entidades religiosas
6. Partidos políticos
7. Clube Esportivo Profissional, Federação e Confederação
8. Atividades em propriedades rurais embargadas

Atividades Restritas

Atividades com impactos ambientais e que requerem estudos de avaliação de impacto (EIA e RIMA) em seu processo de licenciamento, bem como a licença ambiental.

1. Energia e Combustíveis fósseis
2. Setor Sucreenergético
3. Mineração e extração de recursos naturais
4. Pesca
5. Agroquímicos e pesticidas
6. Agricultura e atividades pecuárias no bioma Amazônia
7. Terras indígenas
8. Outras atividades que requerem EIA/RIMA
9. Atividades sujeitas a licenciamento ambiental
10. Atividades sujeitas a Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos (Outorga de Água)
11. Atividades que usam madeira florestal nativa para fins comerciais e industriais

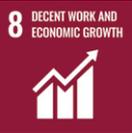




ANEXO 4

ODS e metas específicas apoiadas pelo Framework de Finanças Sustentáveis

ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categorias Elegíveis
 <p>1 NO POVERTY</p>	<p>1.2. Até 2030, reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais</p> <p>1.4. Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.</p> <p>1.5. Até 2030, Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Moradia Acessível • Financiamento de micro e pequenas • Produção rural familiar • Tecnologia de Acessibilidade • Instalações e equipamentos para saúde • Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais
 <p>2 ZERO HUNGER</p>	<p>2.4. Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura de baixo carbono • Produção rural familiar
 <p>3 GOOD HEALTH AND WELL-BEING</p>	<p>3.2. Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos de idade, com todos os países visando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e mortalidade de menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 vivos nascimentos.</p> <p>3.4. Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio da prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar</p> <p>3.8. Attingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.</p> <p>3.9. Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes de doenças causadas por produtos químicos perigosos e poluição e contaminação do ar, da água e do solo</p> <p>3.c. Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações e equipamentos para saúde • Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais

ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categorias Elegíveis
 <p>6 CLEAN WATER AND SANITATION</p>	<p>6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível para todos</p> <p>6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, prestando atenção especial às necessidades de mulheres e meninas e aquelas em situação de vulnerabilidade</p> <p>6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando o despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo pela metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização segura em todo o mundo</p> <p>6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e garantir retiradas e abastecimento sustentáveis de água doce para lidar com a escassez de água e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água</p> <p>6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada de recursos hídricos em todos os níveis, incluindo por meio de cooperação transfronteiriça, conforme apropriado</p> <p>6.6 Até 2020, proteger e restaurar os ecossistemas relacionados à água, incluindo montanhas, florestas, pântanos, rios, aquíferos e lagos</p> <p>6.A Até 2030, expandir a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados com água e saneamento, incluindo coleta de água, dessalinização, eficiência hídrica, tratamento de águas residuais, tecnologias de reciclagem e reutilização</p> <p>6.B Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais na melhoria da gestão de água e saneamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais
 <p>7 AFFORDABLE AND CLEAN ENERGY</p>	<p>7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia</p> <p>7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Energia renovável
 <p>8 DECENT WORK AND ECONOMIC GROWTH</p>	<p>8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros</p> <p>8.5. Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de micro e pequenas • Produção rural familiar

ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categorias Elegíveis
 <p>9 INDUSTRY, INNOVATION AND INFRASTRUCTURE</p>	<p>9.1. Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos</p> <p>9.2. Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos</p> <p>9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados</p> <p>9.4. Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Energia renovável • Financiamento de micro e pequenas • Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais
 <p>10 REDUCED INEQUALITIES</p>	<p>10.2. Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produção rural familiar • Acessibilidade a tecnologia
 <p>11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES</p>	<p>11.1. Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.</p> <p>11.2. Até 2030, fornecer acesso a sistemas de transporte seguros, baratos, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança no trânsito, notadamente pela expansão do transporte público, com atenção especial às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos</p> <p>11.3. Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.</p> <p>11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental per capita adverso das cidades, prestando especial atenção à qualidade do ar e à gestão de resíduos municipais e outros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Moradia Acessível • Gestão Sustentável de Águas e Águas Residuais

ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categorias Elegíveis
 <p>12 RESPONSIBLE CONSUMPTION AND PRODUCTION</p>	<p>12.2. Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura de baixo carbono • Silvicultura • Energia renovável
 <p>13 CLIMATE ACTION</p>	<p>12.2. Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura de baixo carbono • Silvicultura • Energia renovável
 <p>15 LIFE ON LAND</p>	<p>15.1. Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.</p> <p>15.2. Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.</p> <p>15.3. Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.</p> <p>15.5. Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.</p> <p>15.A. Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.</p> <p>15.B. Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura de baixo carbono • Silvicultura



Banco do Brasil S.A.

Gerência Sustentabilidade Empresarial

sustentabilidade@bb.com.br

Coordenação

Ana Maria Rodrigues Borro Macedo
Henrique Leite de Vasconcellos
Arthur Henrique Martins Ferreira
Jorge Andre Gildi dos Santos
Vilmar Francisco Thewes
Alessandra Teixeira Rodrigues
Júlio de Barros

Suporte técnico

Sitawi Finance for Good

Opinião da segunda parte

Sustainalytics

Gerente Executiva

Ana Maria Rodrigues Borro Macedo

Gerentes

Gabriel Maceron Santamaria
Henrique Leite de Vasconcellos
Luciano Muller Gil Cardoso

Assessores

Alícia Tabata
Ana Paula Zago Udenal
Arthur Henrique Martins Ferreira
Elizabeth Calixto Abrao
Humberto Fernandes de Oliveira
Jefferson Guarnieri Aquino
Jorge Andre Gildi dos Santos
Marcelo de Campos e Silva
Marcelo Ottoni Nepomuceno
Miriam Martins de Souza Caruso
Rodrigo Gomes da Costa
Rosana Gehlen Loblein
Saulo Suassuna Santos
Thiago Paro Presotto
Thiago Quiaratti
Vilmar Francisco Thewes

